



Relatório da Administração

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2022
Valores Expressos em Reais

Relatório de Desempenho

A Companhia registrou um aumento no volume de vendas de 39% no ano de 2022 contra o ano anterior, impactado principalmente pelo forte ritmo comercial verificado no segundo semestre de 2022.

A Companhia atingiu Receita Líquida de R\$ 50,3 milhões em 2022, o que representa um aumento de 3,1% em comparação com 2021, como reflexo do maior volume de vendas e menores devoluções, cancelamentos e abatimentos no período, que mais do que compensaram o menor preço realizado.

O Lucro Bruto da Companhia, por sua vez, foi negativo em R\$ 8,1 milhões, contra um lucro bruto de R\$ 389 mil em 2021, como consequência de uma menor diluição do CPV e maiores custos de matérias primas no período.

As Receitas e Despesas Operacionais tiveram um aumento de 590%, explicado pela redução de 67% do Crédito Tributário em 2022, além do cancelamento das vendas de equipamentos para a Controladora anterior Merisa S.A..

Com isso, a Companhia registrou um Prejuízo Líquido de R\$ 56,8 milhões, 486% superior ao mesmo período do ano passado.

Em continuidade ao processo de mudança de controle, em 17 de fevereiro de 2023, a Companhia solicitou à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) e a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) o Pedido de cancelamento de registro de companhia aberta, na categoria A, da Metalgráfica Iguaçu S.A.. O pedido ainda está em processo de aprovação e conclusão pelas partes.

Ponta Grossa, 28 de fevereiro de 2023.

A Administração.

Balanco Patrimonial

	Notas	2022	2021
ATIVO			
CIRCULANTE		20.135.190,06	25.671.625,91
Caixa e Equivalentes de Caixa	"2" e "3"	1.246.500,74	213.205,82
Créditos com Clientes	"2" e "4"	5.532.967,00	3.838.833,80
Estoques	"2" e "5"	5.076.170,91	6.617.073,03
Tributos Correntes a Recuperar	"2" e "6"	9.476.121,04	9.373.996,31
Perdas Estimadas nos Créditos Tributários	"2" e "6"	(2.597.644,11)	(2.411.524,73)
Adiantamentos a Fornecedores e Terceiros	"2" e "7"	438.212,03	2.826.676,41
Adiantamentos a Empregados	"2" e "7"	195.509,04	-
Despesas Antecipadas	"2"	27.506,55	39.080,29
Valores a Receber de Partes Relacionadas	"2", "4" e "25"	216.721,01	5.082.318,97
Outros Créditos	"2" e "7"	523.125,85	91.966,01
NÃO CIRCULANTE		56.114.760,00	61.504.240,84
Realizável de Longo Prazo		39.424.739,04	43.450.220,30
Outros Valores a Receber	"2" e "7"	1.737.543,57	1.737.543,57
Impostos a Recuperar	"2" e "6"	37.551.332,79	41.704.371,11
Depósitos Judiciais	"2" e "7"	135.862,68	8.305,62
Investimento	"2"	15.016,48	6.190,54
Imobilizado	"2" e "9"	16.225.412,54	16.428.949,43
Intangível	"2" e "10"	14.094,12	22.302,59
Ativo de Direito de Uso	"2" e "16"	435.497,82	1.596.577,98
Total do Ativo		76.249.950,06	87.175.866,75
PASSIVO			
CIRCULANTE		75.385.484,33	91.854.498,62
Fornecedores	"2" e "11"	12.579.161,37	11.802.620,56
Empréstimos e Financiamentos	"2" e "15"	38.761.877,29	63.132.710,86
Obrigações Sociais	"2" e "12"	4.837.153,40	4.346.579,59
Obrigações Trabalhistas	"2" e "12"	5.385.138,78	6.469.281,86
Impostos e Contribuições a Recolher	"2" e "13"	203.825,84	283.575,86
Parcelamento CVM	"2" e "15"	-	96.030,97
Parcelamento ICMS	"2" e "14"	25.186,44	-
Adiantamentos de Clientes	"2" e "14"	-	2.984.982,21
Dividendos Propostos	"2" e "14"	-	1.682,43
Outras Exigibilidades	"2" e "14"	8.324.339,69	1.587.185,46
Obrigações com Partes Relacionadas	"2" e "25"	4.835.291,30	-
Passivo de Arrendamento	"2" e "16"	433.510,22	1.149.848,82
NÃO CIRCULANTE		8.699.844,98	45.886.719,41
Empréstimos e Financiamentos	"2" e "15"	-	23.215.131,42
Passivo de Arrendamento	"2" e "16"	-	428.713,02
Obrigações com Partes Relacionadas	"2" e "24"	-	13.249.002,19
Parcelamento CVM	"2" e "15"	-	43.985,62
Parcelamento ICMS	"2" e "14"	77.658,19	-
Obrigações Sociais	"2" e "12"	6.017.285,96	6.100.806,35
Outras Exigibilidades	"2" e "14"	1.923.793,46	2.241.320,70
Tributos Diferidos	"2" e "8"	681.107,37	607.760,11
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		(7.835.379,25)	(50.565.351,28)
Capital Social		156.040.727,62	22.940.727,62
Capital Social a Integralizar		(33.541.562,44)	-
Prejuízo Líquido Acumulado		(73.506.078,90)	(73.506.078,90)
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período		(56.828.465,53)	-
Total do Passivo		76.249.950,06	87.175.866,75

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado

	Notas	2022	2021
<i>Exercícios Findos em 31 de Dezembro</i>			
<i>Valores Expressos em Reais</i>			
Receita Líquida das Atividades Operacionais		50.250.200,25	48.745.350,43
Vendas - Mercado Interno	"20"	50.250.200,25	48.745.350,43
Custo das Atividades Operacionais		(58.349.261,48)	(48.355.927,09)
Custo dos Produtos Vendidos		(58.349.261,48)	(48.355.927,09)
LUCRO BRUTO		(8.099.061,23)	389.423,34
(Despesas) e Receitas Operacionais:		(24.094.515,01)	(3.490.309,58)
Despesas com Vendas		(5.528.893,66)	(4.910.053,55)
Despesas Gerais e Administrativas		(16.210.807,47)	(13.756.479,33)
Outras Receitas Operacionais	"22"	5.236.760,84	16.873.510,06
Outras Despesas Operacionais	"22"	(7.591.574,72)	(1.697.286,76)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		(32.193.576,24)	(3.100.886,24)
Resultado Financeiro Líquido		(24.561.542,03)	(1.430.442,44)
Receitas Financeiras	"23"	52.671,28	212.801,40
Despesas Financeiras		(25.818.455,86)	(22.077.808,10)
Variações Monetárias e Cambiais		1.204.242,55	20.434.564,26
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS		(56.755.118,27)	(4.531.328,68)
Imposto de Renda e Contribuição Social		(73.347,26)	(5.167.526,83)
Contribuição Social - Corrente		-	(1.958.734,53)
Imposto de Renda - Corrente		-	(5.343.521,63)
Contribuição Social - Diferida		(19.415,45)	565.075,41
Imposto de Renda - Diferido		(53.931,81)	1.569.653,92
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(56.828.465,53)	(9.698.855,51)
Número de Ações no Final do Exercício		122.351.436	241.344
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO DO CAPITAL SOCIAL AO FINAL DO EXERCÍCIO		(0,46447)	(40,18685)

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

<i>Exercícios Findos em 31 de Dezembro</i>						
<i>Valores Expressos em Reais</i>						
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM:						
	Capital Social	Legal	Reservas Incentivos Fiscais	De Lucros	(Prejuízos) Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2020 - Reapresentado	22.940.727,62	-	-	-	(63.807.223,39)	(40.866.495,77)
Resultado do Exercício - Reapresentado	-	-	-	-	(9.698.855,51)	(9.698.855,51)
Saldos em 31 de Dezembro de 2021 - Reapresentado	22.940.727,62	-	-	-	(73.506.078,90)	(50.565.351,28)
Resultado do Exercício	-	-	-	-	(56.828.465,53)	(56.828.465,53)
Aumento de Capital Social - RCA de 06/09/2022	133.100.000,00	-	-	-	-	133.100.000,00
Capital Social a Integralizar - RCA de 06/09/2022	(33.541.562,44)	-	-	-	-	(33.541.562,44)
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	122.499.165,18	-	-	-	(130.334.544,43)	(7.835.379,25)

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto

	2022	2021
<i>Exercícios Findos em 31 de Dezembro</i>		
<i>Valores Expressos em Reais</i>		
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		Reapresentado
(CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS)	(26.881.404,52)	6.382.717,74
Prejuízo Líquido do Exercício Antes dos Tributos		(4.531.328,68)
Ajustes por:	35.595.684,25	17.809.355,80
· Depreciações/Amortizações	2.577.182,51	3.570.108,08
· Juros Empréstimos	14.564.688,33	17.112.020,14
· Juros Fornecedores	9.520.060,44	4.311.201,81
· Variações Monetárias Passivas	993.895,53	142.655,25
· Outras Despesas Financeiras	7.871.518,54	-
· Perdas Estimadas de Créditos Tributários	186.119,38	1.007.621,93
· Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes	-	(7.302.256,16)
· Imposto de Renda e Contribuição Social - diferidos	-	2.219.899,13
· Resultado na Alienação de Bens e Imobilizado	-	(655.685,00)
· Ativo de Direito de Uso	(133.809,02)	(2.415.931,19)
· Ajuste a Valor Presente	16.028,54	(180.278,19)
Lucro (Prejuízo) Ajustado	(21.159.434,02)	13.278.027,12
(CAIXA GERADO NAS OPERAÇÕES)		
Aumento (Redução) nos Passivos:		5.333.080,45
· Fornecedores	(8.753.385,23)	(5.462.054,83)
· Obrigações Sociais e Trabalhistas	(677.089,66)	9.185.705,79
· Impostos e Contribuições a Recolher	(79.750,02)	(285.531,68)
· Parcelamentos	(1.021.201,89)	(155.159,99)
· Adiantamentos de Clientes	(2.984.982,21)	(1.008.577,97)
· Passivo de Arrendamento	(1.161.080,16)	363.545,87
· Outras Exigibilidades	6.417.944,56	2.695.153,26
(Aumento) Redução nos Ativos:		(12.228.389,83)
· Créditos com Clientes	(9.565.651,74)	11.919.402,89
· Adiantamentos a Terceiros	2.388.464,38	(2.651.722,51)
· Adiantamentos a Empregados	(195.509,04)	124.624,82
· Impostos e Contribuições a Recuperar	4.050.913,59	(28.084.739,45)
· Estoques	1.540.902,12	620.160,59
· Valores a Receber de Partes Relacionadas	4.865.597,96	4.840.000,00
· Outros Créditos	(558.716,90)	(43.774,47)
· Despesas Antecipadas	11.573,74	1.047.658,30
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		(72.435,83)
· Aquisições para Investimento/Imobilizado/Intangível	(8.533.643,38)	(728.120,83)
· Depreciação de Vendas Canceladas	6.890.905,11	-
· Baixa de Investimento/Imobilizado/Intangível	563.364,36	-
· Receita de Venda de Bens	-	655.685,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		(6.708.874,01)
· Empréstimos e Financiamentos Obtidos / (Liquidadados)	(62.150.653,32)	(7.439.624,19)
· Obrigações com Partes Relacionadas	(8.413.710,89)	730.750,18
· Aporte Controlador - Integralização de Capital	99.558.437,56	-
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(398.592,10)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO		611.797,92
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO		213.205,82

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado

<i>Exercícios Findos em 31 de Dezembro</i>		
<i>Valores Expressos em Reais</i>		
	2022	2021
		Reapresentado
1. RECEITAS	66.518.489,72	75.219.636,63
1.1. Vendas de Produtos	61.281.728,88	58.346.126,57
1.2. Outras Receitas Operacionais	2.449,97	40.411,29
1.3. Resultado na Venda de Ativos Imobilizados	-	655.685,00
1.5. Recuperação de Créditos	5.234.310,87	16.177.413,77
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	51.779.262,80	39.340.730,59
2.1. Matérias-Primas Consumidas	41.325.568,86	26.982.973,65
2.2. Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	10.453.693,94	12.357.756,94
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1 - 2)	14.739.226,92	35.878.906,04
4. RETENÇÕES	2.577.182,51	3.570.108,08
4.1. Depreciações do Imobilizado	1.261.120,42	1.495.734,13
4.2. Depreciações de Direito de Uso	1.294.889,18	2.052.385,32
4.3. Amortizações Intangível	21.172,91	21.988,63
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3 - 4)	12.162.044,41	32.308.797,96
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	4.765.072,37	23.333.820,33
6.1. Receitas de Aplicações Financeiras	104,16	12.968,26
6.2. Receitas de Juros / JCP	30.997,42	199,23
6.3. Descontos Obtidos	21.569,70	30.898,54
6.4. Subvenções Governamentais	2.514.263,01	2.543.799,42
6.4. Atualização Crédito Tributário PIS/COFINS	1.514.742,00	20.035.158,22
6.6. Variações Monetárias Ativas	683.396,08	542.061,29
6.7. Reversões Ajuste a Valor Presente/Outras Receitas	-	168.735,37
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)	16.927.116,78	55.642.618,29
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	16.927.116,78	55.642.618,29
8.1.a Remuneração Direta	19.465.124,96	16.993.681,89
8.1.b Benefícios	1.427.695,79	1.812.746,72
8.1.c FGTS	1.219.567,60	1.190.929,52
8.2.a Impostos e Contribuições - Federais	10.999.643,35	17.621.522,89
8.2.b Impostos e Contribuições - Estaduais	7.224.458,90	7.420.313,53
8.2.c Impostos e Contribuições - Municipais	71.932,05	34.146,65
8.3.a Juros Empréstimos	14.564.688,33	17.112.020,14
8.3.b Aluguéis	323.649,56	279.353,15
8.3.c Juros Fornecedores	9.520.060,44	4.311.201,81
8.4. Variações Monetárias Passivas	993.895,53	142.655,25
8.5. Outras Despesas	7.871.518,54	557.631,58
8.6. Impostos Diferidos	73.347,26	(2.134.729,33)
8.7. Prejuízos Retidos	(56.828.465,53)	(9.698.855,51)

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Resultados Abrangentes

<i>Exercícios Findos em 31 de Dezembro</i>		
<i>Valores Expressos em Reais</i>		
	2022	2021
		Reapresentado
Prejuízo Líquido do Exercício	(56.828.465,53)	(9.698.855,51)
Resultado Abrangente do Exercício	(56.828.465,53)	(9.698.855,51)

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Exercícios Findos em 31 de Dezembro
Valores Expressos em Reais

1. Contexto Operacional

1.1. Objeto Social

A Metalgráfica Iguazu S.A. é uma Companhia de capital aberto, fundada em 27 de novembro de 1951, e tem por objeto a fabricação, comercialização, exportação e importação de recipientes e embalagens em geral, metálicas ou não; a importação, comercialização e exportação de chapas metálicas, matérias-primas e insumos para produtos siderúrgicos ou plásticos, equipamentos e componentes eletrônicos em geral e a participação em outras empresas que atendam aos interesses sociais.

1.2. Investimentos

A Companhia tem investido em novos softwares de controle de custos e contabilidade, em novas certificações de controle de riscos e pontos críticos do processo produtivo e em pesquisa de especificações técnicas alternativas de suas matérias-primas.

1.3. Resultado

A Companhia apresentou no exercício de 2022 prejuízo de R\$ 56.828.465,53 (prejuízo de R\$ 9.698.855,51 em 2021), o seu capital circulante líquido estava negativo em R\$ 55.250.294,27 e o prejuízo por ação foi de R\$ 0,46446 (prejuízo por ação de R\$ 40,18685 em 2021).

1.4. Continuidade Operacional

Em AGE de 06/09/2022 foi aprovado por unanimidade o Protocolo de Incorporação de Ações de modo que a Companhia passou a ser subsidiária integral da Companhia Metalgráfica Prada ("Prada") e aprovada a consolidação do Estatuto Social. Nesta mesma data houve nova AGE com apresentação da renúncia dos cargos de Conselheiros de Administração anteriores e nomeação dos novos Conselheiros de Administração. Em RCA de 06/09/2022 houve a apresentação de carta de renúncia dos Diretores anteriores e eleição dos novos Diretores. Em nova RCA nesta mesma data houve aprovação do aumento de capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, mediante a emissão de novas ações.

Diante dos fatos, a Companhia está promovendo a liquidação de certos passivos devedores conforme NE 33 – Eventos Subsequentes e vislumbra que em médio prazo estará em plena atividade operacional, com capacidade de busca de melhores margens de negociação com fornecedores e clientes.

A ação do PIS/Cofins sobre o ICMS no montante de R\$ 35.574.476,06, que transitou em julgado em 22/02/2021, NE 29, está proporcionando fluxo de caixa mediante compensações dos tributos administrados pela Receita Federal.

A ação do IRPJ/CSLL sobre a Selic no montante de R\$ 5.291.305,46, transitou em julgado em 10/05/2022 e o valor foi reconhecido no resultado nesta mesma data. O deferimento do Pedido de Homologação do crédito em outubro de 2022 proporcionou compensações que ficaram concentradas nas Contribuições para Previdência Privada.

2. Resumo das Principais Políticas Contábeis

2.1. Declaração de Conformidade e Concordância

As Demonstrações Financeiras da Companhia foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira, associadas às normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Esses pronunciamentos visam a convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Standards Board (IASB).

A emissão das Demonstrações Financeiras foi autorizada pela Administração em 28 de fevereiro de 2023 e há eventos subsequentes, divulgados na NE 33.

2.2. Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento às disposições constantes da Resolução CVM n.º 80/2022, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2022.

2.3. Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em atendimento às disposições constantes da Resolução CVM n.º 80/2022, a Diretoria declara que discutiu e concordou com a conclusão no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2022.

2.4. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras são divulgadas em reais, exceto se indicado de outra forma.

2.5. Base de Preparação

As Demonstrações Financeiras individuais foram elaboradas de acordo com o CPC 22, aplicável à elaboração e apresentação de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

As informações financeiras individuais, foram preparadas de forma consistente com as políticas contábeis divulgadas na Nota 2 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021.

2.6. Uso de Estimativas

A preparação das Demonstrações Financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, os resultados reais podem divergir das respectivas estimativas. Estimativas e premissas com relação ao futuro são revistas de maneira contínua pela Companhia e são baseadas em experiência histórica e novas informações. Revisões de estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incerteza, premissas e estimativas que possuam um risco significativo e que podem resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro referem-se a riscos em contingências e reconhecimento do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos. A Provisão para Contingências é somente reconhecida quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado e seja provável que será necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possuía contingências cíveis classificadas como "prováveis" pelos assessores jurídicos conforme detalhado na NE 18 que necessitou de registro.

2.7. Ativos Circulantes e não Circulantes

2.7.1. Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras

Apresentados na Nota "3", compreendem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original de 90 dias ou menos e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos.

2.7.2. Créditos com Clientes

Apresentados na Nota "4", são registrados pelos valores faturados, incluindo os respectivos tributos diretos de responsabilidade de recolhimento da Companhia e deduzidos de ajustes a valores presentes, quando aplicáveis. Os créditos realizáveis após o período de 1 ano, quando houver, são registrados no Ativo não Circulante.

2.7.3. Estoques

Apresentados na Nota "5", os produtos acabados estão avaliados pelo custo médio de produção (matérias-primas, mão de obra direta e indireta, embalagens, outros custos diretos e os respectivos gastos gerais de produção). Os demais estoques estão avaliados com base no menor valor entre o custo histórico de aquisição e produção e o valor líquido realizável.

2.7.4. Imobilizado e Intangível

Apresentados nas Notas "9" e "10", os itens do imobilizado e intangível são avaliados pelo custo histórico de aquisição, deduzidos das depreciações e amortizações acumuladas.

O custo histórico inclui os gastos necessários para que o item específico esteja em condições para seu uso pretendido. Reparos e manutenções, incluindo o custo das peças de reposição, somente são ativados quando for provável que os gastos proporcionem benefícios econômicos futuros para a Companhia. Caso contrário, são reconhecidos como despesa quando incorridos.

As depreciações são reconhecidas de maneira a alocar o valor depreciável dos ativos durante suas respectivas vidas úteis. O método de depreciação utilizado é o linear e para máquinas e equipamentos, baseada em laudos de avaliação de vida úteis econômicas. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, no decorrer do exercício. A depreciação se inicia quando o ativo está nas condições de uso pretendidas pela Administração e cessa quando o ativo é desreconhecido ou classificado como ativo mantido para venda. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos periodicamente e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos em outros resultados operacionais no resultado.

2.7.5. Ativos Financeiros

A Companhia classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo é mantê-los para recebimentos de fluxos de caixa contratuais. Os termos contratuais dos ativos financeiros tiveram origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

b. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São ativos financeiros mantidos dentro de modelo de negócios, cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros e que os termos contratuais do ativo financeiro tiverem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

c. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado, a menos que sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos financeiros dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Reconhecimento e mensuração:

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado (*impairment*).

A mensuração das operações de arrendamentos corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, conforme período previsto no contrato firmado entre o arrendador e a Companhia. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente pela taxa Selic.

Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados com base na taxa real de desconto, de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

2.7.6. Demais Ativos

Os demais ativos estão demonstrados aos valores de realização, que incluem, quando aplicável, os rendimentos, variações monetárias e cambiais auferidos até a data das informações.

2.8. Passivos Circulantes e não Circulantes

Os passivos estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridos até a data das informações.

As obrigações exigíveis após o período de 1 ano estão registradas no Passivo não Circulante.

2.9. Arrendamento

A norma IFRS 16/CPC 06 aplicada a partir do exercício de 2019, tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos de uso para todos os contratos de arrendamento em que estiverem no escopo da norma, a menos que sejam enquadrados por algum tipo de isenção.

2.9.1. Direito de Uso

A mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento mais os custos diretos iniciais incorridos. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

2.9.2. Arrendamento a Pagar

A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, conforme período previsto no contrato firmado entre o arrendador e a Companhia. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente pela taxa Selic.

Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados com base na taxa real de desconto, de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

2.10. Mensuração do Valor Justo

A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo.
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal o mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

2.11. Resultado do Exercício

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios e considera os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos.

2.12. Demonstração dos Fluxos de Caixa

Preparada pelo método indireto, está apresentada de acordo com o CPC 03 (R2).

2.13. Demonstração do Valor Adicionado

Preparada de acordo com as normas e procedimentos previstos no CPC 09.

2.14. Demonstração dos Resultados Abrangentes

Preparada de acordo com as normas e procedimentos previstos no CPC 26 (R1).

2.15. Apuração do IRPJ e CSLL

A Companhia optou em calcular o Imposto de Renda e a Contribuição Social pelo Lucro Real Trimestral no exercício de 2021 e para o exercício de 2022 optou pelo Lucro Real Anual.

2.16. Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro

Durante o exercício de 2022 foram realizadas retificações no exercício de 2021 e períodos posteriores, sendo em 2021 relacionados a reconhecimento de remuneração da diretoria comercial efetivado no exercício de 2022 e em períodos posteriores a amortização de Intangível em uso. Os efeitos destes ajustes estão discriminados abaixo:

Descrição	Antes do Ajuste 31/12/2021	Ajustes anteriores	Ajuste 2021	Após Ajuste 31/12/2021
Balanco Patrimonial				
ATIVO - Intangível	144.160,75	(121.858,16)	- (a)	22.302,59
PASSIVO - Obrigações Trabalhistas	5.785.675,86		683.606,00 (b)	6.469.281,86
PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Prejuízos Acumulados	(72.700.614,74)	(121.858,16)	(683.606,00) (c)	(73.506.078,90)
Demonstração de Resultado				
Despesas com Vendas	(4.226.447,55)		(683.606,00) (d)	(4.910.053,55)

- (a) Reconhecimento de amortização e seu reflexo no saldo de Intangível em 31/12/2021;
- (b) Reconhecimento da remuneração da diretoria comercial e seu reflexo em Obrigações Trabalhistas em 31/12/2021;
- (c) Reflexo da amortização e remuneração da diretoria comercial no Prejuízo Acumulado de 31/12/2021; e
- (d) Demonstração de Resultado de 2021 com a remuneração da diretoria comercial no período.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	4.852,14	1.411,85
Bancos Conta Movimento	1.238.634,24	103.273,30
Aplicações Financeiras	3.014,36	108.520,67
	1.246.500,74	213.205,82

4. Créditos a Receber

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Circulante		
Clientes - nacionais	5.764.354,25	4.070.221,05
PCLD	(231.387,25)	(231.387,25)
	5.532.967,00	3.838.833,80
Outras Contas a Receber		
Créditos de Alienação Bens	-	5.082.318,97
	-	5.082.318,97
	5.532.967,00	8.921.152,77
Aging list		
A vencer	2.947.928,83	1.265.324,79
Vencido até 30 dias	4.130,00	199.858,40
Vencido a mais de 30 dias	2.812.295,42	7.687.356,83
PCLD	(231.387,25)	(231.387,25)
	5.532.967,00	8.921.152,77

Valores a receber em reais.

A carteira de clientes tem vencimento de curto prazo com média de 60 dias, portanto, sem a necessidade de cálculo de Ajuste a Valor Presente.

A rubrica Créditos de Alienação de Bens referia-se a alienação de Equipamentos, em 11/01/2021 para a controladora anterior, Merisa S.A. Engenharia e Planejamento, cuja operação foi cancelada dentro do plano de incorporação pela CSN em 07/2022.

O volume de vencidos refere-se pontualmente a determinado cliente e está sob controle, inclusive com processo e Depósito Judicial de R\$ 2.729.604,26 (depositado com encargos) a nosso favor, garantindo o recebimento sem a necessidade ou obrigatoriedade de PCLD.

A Companhia avalia a necessidade de provisão para perdas esperadas de créditos, substancialmente, através de análises prospectivas de sua carteira de ativos, considerando se há dificuldade financeira relevante do devedor, mudanças adversas nas condições econômicas que se correlacionam com as inadimplências, e na experiência passada do devedor. A PCLD, em ambos os períodos, refere-se a um único cliente, para o qual há processo de cobrança.

5. Estoques

	31/12/2022	31/12/2021
Produtos Acabados	2.906.143,80	3.452.187,01
Matérias-Primas	1.529.574,92	2.354.484,45
Outros Estoques	1.729.492,25	1.514.552,10
Estoques para Industrialização para Terceiros	-	1.941.060,59
Estoques de Terceiros em nosso Poder	(1.055.040,06)	(2.645.211,12)
Provisão para Perdas - Materiais Vencidos	(34.000,00)	-
	5.076.170,91	6.617.073,03

A Companhia vem trabalhando com estoques reduzidos de matérias-primas e em elaboração, diante da incorporação pela Prada e assunção dos negócios pela mesma.

A Administração da Companhia entende que o registro de provisão para perdas em estoques é suficiente e que não há outro fator, como obsolescência ou possível realização a preço inferior ao custo de aquisição.

→ Continuação da página 3

6. Tributos Correntes a Recuperar

	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
ICMS	3.356.841,68	2.374.025,95
IPI	3.220.303,79	2.718.262,38
PIS	74.770,55	121.776,98
COFINS	339.619,56	558.162,39
Crédito Ação PIS/COFINS	2.282.862,48	3.600.000,00
Crédito Ação IRPJ/CSLL	200.906,31	-
Saldo negativo IRPJ	816,67	1.768,61
Subtotal	9.476.121,04	9.373.996,31
(-) Provisão por Créditos em Processos *	(2.597.644,11)	(2.411.524,73)
	6.878.476,93	6.962.471,58
Não Circulante		
ICMS	13.241.976,45	16.923.864,89
Crédito Ação PIS/COFINS	24.309.356,34	24.780.506,22
	37.551.332,79	41.704.371,11
TOTAL	44.429.809,72	48.666.842,69

* Processos de reconhecimento de créditos de IPI em andamento.

Os saldos de ICMS correspondem substancialmente a créditos oriundos das operações normais e de incentivos fiscais (crédito presumido) sobre as aquisições de bobinas e chapas metálicas, conforme artigo 95, item 18, do RICMS-PR. A intensificação da aquisição de seu principal insumo (chapas de aço) em operações internas no Estado do Paraná que circulam com diferimento integral de ICMS, possibilitou a redução e realização do saldo credor de ICMS no Estado.

Conforme mencionado na NE 29, ocorreu o Trânsito em Julgado da ação de PIS e Cofins sobre o ICMS no Supremo Tribunal de Justiça, portanto a Companhia reconheceu em 2021 o valor de R\$ 35.574.476,06. As perspectivas de realização deste crédito dependem da retomada da Companhia na geração de tributos, passíveis de compensação via DCOMP.

Conforme NE 29, a ação do IRPJ e CSLL sobre Selic transitou em julgado em 10/05/2022 no Supremo Tribunal de Justiça, portanto houve o reconhecimento de R\$ 5.008.846,43 no segundo trimestre de 2022. Houve a homologação do pedido de habilitação no quarto trimestre de 2022 e foi totalmente utilizado na liquidação de débitos previdenciários.

7. Outros Valores

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Circulante		
Adiantamentos a Empregados	195.509,04	-
Adiantamentos a Fornecedores	438.212,03	2.826.676,41
Outros	523.125,85	91.966,01
	1.156.846,92	2.918.642,42
Ativo não Circulante		
Créditos com a Eletrobrás	1.737.543,57	1.737.543,57
Depósitos Judiciais	135.862,68	8.305,62
	1.873.406,25	1.745.849,19

A Companhia, ao final de 2021, no intuito de conseguir melhores condições de negociação com fornecedores, realizou diversos adiantamentos e que, neste final de exercício estão em níveis considerados normais para o momento.

A Companhia mantém registrado saldo a receber da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás devido ao trânsito em julgado do processo 1998.34.00.023139-6.

8. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos Passivos:
O IRPJ e CSLL Diferidos apresentados referem-se às exclusões temporárias passivas calculadas sobre a diferença das depreciações calculadas com base na Reavaliação de Vida Útil do ativo imobilizado e as calculadas pelas Taxas Fiscais:

	31/12/2022		31/12/2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Base de Cálculo Passivo Diferido - Anterior	1.787.529,59	1.787.529,59	1.537.030,20	1.537.030,20
Base de Cálculo Passivo Diferido - do Período	215.727,24	215.727,24	250.499,39	250.499,39
Base de Cálculo Passivo Diferido - Total	2.003.256,83	2.003.256,83	1.787.529,59	1.787.529,59
. Alíquota de IRPJ e CSLL	25%	9%	25%	9%
Impostos e Contribuições - Passivo Diferido	(500.814,25)	(180.293,12)	(446.882,44)	(160.877,67)
Base de Cálculo Ativo Diferido - do Período	-	-	6.529.115,09	6.529.115,09
Base de Cálculo Ativo Diferido - Total	-	-	6.529.115,09	6.529.115,09
. Alíquota de IRPJ e CSLL	25%	9%	25%	9%
Impostos e Contribuições	-	-	(1.632.278,77)	(587.620,36)
Lançado no Resultado	53.931,81	19.415,45	(1.569.653,92)	(565.075,41)

9. Imobilizado

	Instalações Administrativas	Equipamentos de Informática	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Beneficentários em Imóveis Terceiros	Edificações	Terrenos	Total
Taxas	10%	20%	0,06% a 20%	20%	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2020								
Custo	863.128,90	800.198,58	53.959.896,36	181.318,24	1.257.818,76	-	-	57.557.314,02
Depreciação Acumulada	(678.344,12)	(666.668,06)	(37.108.795,09)	(145.697,02)	(1.257.761,63)	-	-	(40.352.219,10)
Valor líquido contábil	184.784,78	133.530,52	16.851.101,27	35.621,22	57,13	-	-	17.205.094,92
Adições	3.752,93	2.840,00	712.995,71	-	-	-	-	719.588,64
Baixas	-	-	(1.973.526,44)	-	-	-	-	(2.468.479,62)
Depreciação	(38.683,19)	(50.927,69)	(1.390.127,08)	(15.939,04)	(57,13)	-	-	(1.495.734,13)
Baixa Depreciação	-	-	1.973.526,44	-	-	-	-	2.468.479,62
Saldo Final	149.854,52	85.442,83	16.173.969,90	19.682,18	-	-	-	16.428.949,43
Em 31 de dezembro de 2021								
Custo	866.881,83	803.038,58	52.699.365,63	181.318,24	1.257.818,76	-	-	55.808.423,04
Depreciação Acumulada	(717.027,31)	(717.595,75)	(36.525.395,73)	(161.636,06)	(1.257.818,76)	-	-	(39.379.473,61)
Valor líquido contábil	149.854,52	85.442,83	16.173.969,90	19.682,18	-	-	-	16.428.949,43
Adições	17.179,25	-	8.484.479,26	-	-	10.193,76	0,73	8.511.853,00
Baixas	-	-	(1.430.016,18)	-	-	-	-	(1.430.016,18)
Depreciação	(35.863,14)	(37.893,41)	(1.176.668,41)	(10.686,40)	(9,06)	-	-	(1.261.120,42)
Depreciação - canceladas	-	-	(6.890.905,11)	-	-	-	-	(6.890.905,11)
Baixa Depreciação	-	-	866.651,82	-	-	-	-	866.651,82
Saldo Final	131.170,63	47.549,42	16.027.511,28	8.995,78	-	-	0,73	16.225.412,54
Em 31 de dezembro de 2022								
Custo	884.061,08	803.038,58	59.753.828,71	181.318,24	1.257.818,76	10.193,76	0,73	62.890.259,86
Depreciação Acumulada	(752.890,45)	(755.489,16)	(43.726.317,43)	(172.322,46)	(1.257.818,76)	(9,06)	-	(46.664.847,32)
Valor líquido contábil	131.170,63	47.549,42	16.027.511,28	8.995,78	-	10.184,70	0,73	16.225.412,54

Dentro do plano de incorporação pela CSN/Prada, as vendas de equipamentos e imóveis para a Controladora anterior, Merisa S.A. Engenharia e Planejamento, foram canceladas no terceiro trimestre de 2022, impactando em R\$ 1.187.981,24 o montante do valor líquido.

Em 2021 houve reclassificação dos bens anteriormente disponibilizados para venda, dentro do plano de incorporação pela CSN/Prada, conforme detalhado na NE 33.

10. Intangível

	Não Sujeito a Amortização	Sujeito a Amortização	Em Andamento	Total
Taxas	-	20% a 100%	-	-
Em 31 de dezembro de 2020				
Custo	29.438,75	59.173,10	121.858,16	210.470,01
Amortização Acumulada	-	(52.728,82)	-	(52.728,82)
Valor líquido contábil	29.438,75	6.444,28	121.858,16	157.741,19
Adições	-	8.408,19	-	8.408,19
Amortização	-	(21.988,63)	-	(21.988,63)
Saldo Final	29.438,75	(7.136,16)	121.858,16	144.160,75
Em 31 de dezembro de 2021				
Custo	29.438,75	189.439,45	-	218.878,20
Amortização Acumulada	-	(196.575,61)	-	(74.717,45)
Valor líquido contábil	29.438,75	(7.136,16)	-	22.302,59
Adições	(29.438,75)	42.403,19	-	12.964,44
Amortização	-	(21.172,91)	-	(21.172,91)
Saldo Final	-	14.094,12	-	14.094,12
Em 31 de Dezembro de 2022				
Custo	-	231.842,64	-	231.842,64
Amortização Acumulada	-	(217.748,52)	-	(217.748,52)
Valor líquido contábil	-	14.094,12	-	14.094,12

11. Fornecedores

	31/12/2022	31/12/2021
Passivo Circulante		
Fornecedores - nacionais (R\$)	12.516.412,32	11.731.637,63
Fornecedores - exterior (EUR)	62.749,05	70.982,93
	12.579.161,37	11.802.620,56
Vencidos	11.224.425,41	10.644.401,46
A vencer em até 3 meses	483.522,48	1.033.580,85
A vencer acima de 3 meses	871.213,48	124.638,25
	12.579.161,37	11.802.620,56

Valores a pagar em reais.

A carteira de fornecedores tem vencimento de curto prazo com média de 90 dias, portanto, sem a necessidade de cálculo de Ajuste a Valor Presente.

A Companhia, conforme plano de incorporação pela CSN/Prada, está retomando gradualmente a negociação com fornecedores.

12. Obrigações Sociais e Trabalhistas a Pagar

	31/12/2022	31/12/2021
Passivo Circulante		
Salários e Ordenados	3.321.462,48	3.975.335,13
INSS	379.755,03	1.202.553,32
INSS - Parcelamento	1.877.409,83	1.350.188,76
FGTS	1.791.492,16	950.834,85
FGTS - Parcelamento	77.678,96	145.535,53
Provisões 13º Salarial, Férias, Encargos e Honorários	2.774.493,72	3.191.413,86
	10.222.292,18	10.815.861,45
Passivo não Circulante		
INSS - Parcelamento	5.304.783,77	5.288.239,30
FGTS - Parcelamento	712.502,19	812.567,05
	6.017.285,96	6.100.806,35

Parcelamento de INSS final em 11/2026.
Parcelamento de FGTS final em 07/2028.

13. Impostos e Contribuições a Recolher

	31/12/2022	31/12/2021
Passivo Circulante		
IRRF a Recolher	201.165,87	282.102,75
Outros Impostos/Contribuições	2.659,97	1.473,11
Parcelamento ICMS	25.186,44	-
	229.012,28	283.575,86
Passivo não Circulante		
Parcelamento ICMS	77.658,19	-
	77.658,19	-

14. Adiantamentos e Outras Exigibilidades

	31/12/2022	31/12/2021
Passivo Circulante		
Adiantamento de Clientes	-	2.984.982,21
Honorários Ação PIS/COFINS	1.740.840,05	1.286.070,65
Honorários Ação IRPJ/CSLL	500.884,64	-
Parcelamento CVM	-	96.030,97
Aluguéis a pagar	-	192.000,00
Consignação	2.718,34	24.637,95
Ex-Controladora	1.154.062,97	-
Ex-Diretores/Conselheiros Adm e Fiscais	3.083.860,10	-
Contingências Cíveis	1.727.806,66	-
Outros	114.166,93	86.159,29
	8.324.339,69	4.669.881,07
Passivo não Circulante		
Parcelamento CVM	-	43.985,62
Honorários Ação PIS/COFINS	1.923.793,46	2.241.320,70
	1.923.793,46	2.285.306,32

15. Empréstimos e Financiamentos

Banco / Financeira	Saldo em 31/12/2022	Vencimento Final	Saldo em 31/12/2021	Vencimento Final
Banco ABC do Brasil	-	-	3.025.224,73	06/2024
Banco Bradesco	-	-	51.620,30	01/2022
Banco do Brasil	-	-	300.824,57	04/2022
Banco Daycoval	-	-	1.463.624,48	01/2024
Banco Fibra	22.839.752,73	01/2023	11.472.931,80	03/2022
Banco Itaú	-	-	5.445.531,38	11/2024
Katch Diversified	-	-	3.503.516,88	07/2023
Banco Pine	-	-	5.136.515,89	12/2021
Banco Safra	-	-	1.975.980,84	07/2024
Banco Santander	-	-	2.073.880,91	06/2024
Banco Sofisa	-	-	8.652.064,23	07/2024
Banco Tricury	-	-	8.816.978,64	09/2023
Coop.de Crédito - Sicredi	-	-	3.927.943,97	06/2025
Banco ABC do Brasil - Limite C/C	-	-	248.352,30	01/2022
Banco Daycoval - Limite C/C	-	-	232.334,38	01/2022
Itaú - Limite C/C	-	-	861.415,89	01/2022
Santander - Limite C/C	-	-	34.890,96	01/2022
Safra - Limite C/C	-	-	336.760,34	01/2022
SRM - Limite C/C	-	-	10,02	01/2022
Back - Desc.de Duplicatas	-	-	2.412.371,21	10/2021
Daycoval - Desc.de Duplicatas	-	-	923.740,00	08/2021
Gavea - Desc.de Duplicatas	-	-	380.601,90	09/2021
Itaú - Desc.de Duplicatas	-	-	7.066.035,20	02/2022
Katch - Desc.de Duplicatas	-	-	434.714,33	09/2021
MBM - Desc.de Duplicatas	-	-	90.000,00	10/2021
Meinberg - Desc.de Duplicatas	-	-	2.234.387,03	10/2021
Multiplike - Desc.de Duplicatas	-	-	207.630,40	10/2021
Padova - Desc.de Duplicatas	-	-	513.296,61	10/2021
Redfactor - Desc.de Duplicatas	-	-	1.249.612,87	08/2021
Sabia - Desc.de Duplicatas	-	-	404.250,00	01/2022
SRM - Desc.de Duplicatas	-	-	1.185.178,54	08/2021
Starke - Desc.de Duplicatas	-	-	1.024.974,11	08/2021
Sul - Desc.de Duplicatas	-	-	194.221,60	07/2021
Treviso - FIDC	516.138,42	01/2023	516.138,42	08/2021
Upper - Desc.de Duplicatas	-	-	698.275,59	09/2021
White - Desc.de Duplicatas	-	-	8.729.327,56	09/2021
WK - FIDC	69.605,42	01/2023	522.684,40	01/2022
Ex-Diretores	2.142.846,04	01/2023	-	-
Ex-Controladora	13.193.534,68	01/2023	-	-
Total	38.761.877,29		86.347.842,28	

Aging List		
Vencimento em 2021	-	25.930.986,06
Vencimento final em 2022	-	21.532.110,16
Vencimento final em 2023	38.761.877,29	12.320.495,52
Vencimento final em 2024	-	22.636.306,57
Vencimento final em 2025	-	3.927.943,97
	38.761.877,29	86.347.842,28

Para capital de giro os empréstimos estão reconhecidos com saldos em reais, com percentuais de com 111% do CDI e estão garantidos por avais e recebíveis.

Nos empréstimos e financiamentos da Companhia não consta nenhuma cláusula restritiva ("covenants") que esteja atrelada ao cumprimento de indicadores financeiros e não financeiros.

16. Arrendamentos

a) Direito de Uso

	Imóveis/Equipamentos	Total
Taxa de Depreciação	35,29% a 100,00% a.a.	
Em 31 de Dezembro de 2021		
Custo	13.473.595,16	13.473.595,16
Depreciação Acumulada	(11.877.017,18)	(11.877.017,18)
Saldo Final	1.596.577,98	1.596.577,98
Em 2022:		
Finalizações/Aditamentos/Novos	133.809,02	133.809,02
(-) Depreciação / Baixas	(1.294.889,18)	(1.294.889,18)
Total das Movimentações	(1.161.080,16)	(1.161.080,16)
Em 31 de Dezembro de 2022		
Custo	13.607.404,18	13.607.404,18
Depreciação Acumulada	(13.171.906,36)	(13.171.906,36)
Saldo Final	435.497,82	435.497,82

b) Passivo de Arrendamento

Arrendamentos	31/12/2021		Total
	Arrendamentos a Pagar	Ajuste a Valor Presente	
Locação - Ponta Grossa	606.000,00	(2.567,88)	603.432,12
Locação - Goiânia	990.577,98	(15.448,26)	975.129,72
Total	1.596.577,98	(18.016,14)	1.578.561,84
Parcela Circulante	1.157.353,21	(7.504,39)	1.149.848,82
Parcela não Circulante	439.224,77	(10.511,75)	428.713,02
Total	1.596.577,98	(18.016,14)	1.578.561,84

Arrendamentos	31/12/2022		Total
	Arrendamentos a Pagar	Ajuste a Valor Presente	
Locação - Goiânia	435.497,82	(1.987,60)	433.510,22
Total	435.497,82	(1.987,60)	433.510,22
Parcela Circulante	435.497,82	(1.987,60)	433.510,22
Total	435.497,82	(1.987,60)	433.510,22

O desembolso de caixa para os arrendamentos é igual ao valor de depreciação do Direito de Uso do período visto que a Companhia não identificou outros custos a serem contabilizados. Diante da incorporação pela CSN/Prada, foi efetivado o encerramento de contratos de aluguéis com os ex-controladores.

A Companhia possui outros arrendamentos que conforme o CPC 06, ficam fora desta regra de contabilização. Em 2022 houve desembolso de R\$ 140.000,00 com tais arrendamentos.

O prazo do contrato de locação do imóvel de Goiânia-GO é 31/05/2023 e estamos em negociação para renovação.

A taxa real de desconto corresponde à projeção da SELIC para os próximos 12 meses, conforme premissa já utilizada pela Companhia.

17. EBITDA

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado do Período	(56.828.465,53)	(9.015.249,51)
IRPJ e CSLL Diferidos e/ou Correntes	73.347,26	5.167.526,83
Resultado Financeiro Líquido	24.561.542,03	1.430.442,44
Depreciação/Amortização	2.577.182,51	3.570.108,08
EBTIDA	(29.616.393,73)	1.152.827,84

Apresentamos o EBITDA ajustado das alienações em ambos períodos:

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado do Período	(56.828.465,53)	(9.015.249,51)
Resultado de Alienação	-	(655.685,00)
IRPJ e CSLL Diferidos e/ou Correntes	73.347,26	5.167.526,83
Resultado Financeiro Líquido	24.561.542,03	1.430.442,44
Depreciação/Amortização	2.577.182,51	3.570.108,08
EBTIDA - Ajustado	(29.616.393,73)	497.142,84

18. Contingências

A Provisão para Contingências é somente reconhecida quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado e seja provável que será necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação.

Houve contingências cíveis consideradas como prováveis, que necessitaram de provisão em 31 de dezembro de 2022, conforme demonstraram os relatórios do departamento jurídico da Companhia na ordem de R\$ 1.727.806,66

Ação cível considerada como perda possível

O valor da contingência, considerada como perda possível pelos assessores jurídicos externos da Companhia, para qual nenhuma provisão foi constituída conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil é informada conforme abaixo:

- Ação Cível tramitando sob o n.º 0007161-65.2020.8.16.0058 na 1ª Vara Cível de Campo Mourão-PR, cujo valor discutido monta em R\$ 410.146,15. Informamos, de forma complementar, que para o referido processo foi apresentada Carta Fiança de R\$ 552.690,48.

19. Patrimônio Líquido

Capital Social e Resultado por Ação

O capital social subscrito está representado por 91.418.464 ações ordinárias integralizadas, 30.772.076 ações ordinárias a integralizar e 160.896 ações preferenciais integralizadas, sem valor nominal. Cada ação ordinária corresponde a um voto nas Assembleias Gerais, segundo os direitos e privilégios próprios estabelecidos por lei e nos estatutos. As ações preferenciais, sem direito a voto nas Assembleias Gerais, é assegurada prioridade na percepção de dividendos nos termos da lei e direito de, na eventual alienação de controle, serem incluídas em oferta pública de modo a lhes garantir o preço igual a 100% do valor pago por ação com direito a voto integrante do bloco de controle (Tag Along), assegurado o dividendo igual ao das ações ordinárias, não existindo remuneração baseada em ações para a Administração.

Em RCA de 06/09/2022 houve aprovação do aumento de Capital Social de R\$ 133.100.000,00 a integralizar dentro do prazo de 24 meses com a emissão de 122.110.092 ações ordinárias.

Dos lucros líquidos verificados no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de cada ano, serão deduzidos: a) 5% (cinco por cento) para a constituição da Reserva Legal, até que atinja o montante correspondente a 20% (vinte por cento) do Capital Social; b) 25% (vinte cinco por cento) do Lucro Líquido para pagamento de dividendos às ações preferenciais e ordinárias, observado o disposto nos artigos 201 a 205 da Lei 6.404/76. São imputados ao dividendo mínimo obrigatório os efetivos pagamentos de juros sobre o capital próprio, efetuados de acordo com a Lei n.º 9.249/95; c) o saldo terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral por proposta da Administração.

20. Receita Líquida das Atividades Operacionais

A seguir apresentamos a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na Demonstração de Resultado:

	31/12/2022	31/12/2021
Receita Bruta	61.643.742,82	67.539.168,65
(-) Impostos sobre Venda	(11.037.899,70)	(9.735.490,36)
(-) Devoluções / Cancelamentos / Abatimentos	(355.642,87)	(9.058.327,86)
Receita Operacional Líquida	50.250.200,25	48.745.350,43

A rubrica Devoluções e Abatimentos em 2021 refere-se pontualmente a pedidos faturados e não retirados pelo atraso nas safras e reprogramação de entregas definidas pelos clientes, em função dos efeitos gerados pela pandemia e demais problemas logísticos da cadeia de suprimentos, principalmente de aço (folha de flandres), cuja escassez foi amplamente noticiada.

A baixa do faturamento deve-se ao desabastecimento de matérias-primas, principal insumo utilizado além do fato de as embalagens metálicas para produtos derivados de tomate, terem sido substituídas integralmente pela embalagem plástica. Dentro do plano de incorporação CSN/Prada, a Companhia vislumbra a médio prazo, retornar aos índices históricos de faturamento.

21. Custos e Despesas por Natureza

	31/12/2022	31/12/2021
Matérias Primas e Insumos	(36.777.104,89)	(23.327.408,51)
Mão de Obra	(25.779.590,10)	(22.376.316,43)
Suprimentos	(3.666.218,28)	(4.425.595,40)
Manutenções (serviços e materiais)	(838.600,67)	(1.666.405,78)
Serviços de Terceiros	(5.245.268,64)	(5.787.909,77)
Fretes	(3.434.987,63)	(3.526.473,50)
Depreciação e Amortização	(2.577.182,51)	(3.570.108,08)
Outras Despesas/Receitas	(1.770.009,89)	(2.342.242,50)
Total	(80.088.962,61)	(67.022.459,97)
Classificados como:		
Custo dos Produtos Vendidos	(58.349.261,48)	(48.355.927,09)
Despesas com Vendas	(5.528.893,66)	(4.910.053,55)
Despesas Gerais e Administrativas	(16.210.807,47)	(13.756.479,33)
Total	(80.088.962,61)	(67.022.459,97)

→ Continuação da página 5

22. Outras Receitas e Despesas Operacionais Líquidas

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas		
Crédito Tributário - PIS/COFINS	5.228.586,46	15.829.285,18
Recuperação de Créditos	5.724,41	348.128,59
Provisão p/Ajuste a Valor Presente	2.449,97	40.411,29
Alienação/Baixa Ativo	-	655.685,00
	5.236.760,84	16.873.510,06
Despesas		
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(567.521,61)	(457.435,71)
Multas Fiscais	(122.390,57)	(87.050,83)
Impostos e Taxas	(757.480,02)	(1.115.040,57)
Outras Despesas	(6.144.182,52)	(37.759,65)
	(7.591.574,72)	(1.697.286,76)
Total Líquido	(2.354.813,88)	15.176.223,30

No terceiro trimestre de 2022 houve o cancelamento das vendas de equipamentos para a Controladora anterior Merisa S.A. cujo efeito líquido foi despesa de R\$ 3.804.338,68 e provisão para perdas em processos de cobrança pelos credores apresentados pelo departamento jurídico da Companhia na ordem de R\$ 1.727.806,66, ambos apresentados em Outras Despesas.

23. Resultado Financeiro Líquido

	31/12/2022	31/12/2021
Rendimento Aplicações Financeiras	104,16	12.968,26
Descontos Obtidos	21.569,70	30.898,54
Juros Ativos	30.997,42	199,23
Reversão AVP	-	168.735,37
Atualização Crédito Tributário PIS/COFINS	1.514.742,00	20.035.158,22
Variações Monetárias Ativas	683.396,08	542.061,29
	2.250.809,36	20.790.020,91
Juros Empréstimos	(14.564.688,33)	(17.112.020,14)
Juros Fornecedores	(9.520.060,44)	(4.311.201,81)
Variações Monetárias Passivas	(993.895,53)	(142.655,25)
Outras Despesas	(1.733.707,09)	(654.586,15)
	(26.812.351,39)	(22.220.463,35)
Total Líquido	(24.561.542,03)	(1.430.442,44)

Em 2021 houve o reconhecimento inicial da ação, Transitada em julgado, de crédito de PIS e Cofins sobre ICMS, cuja atualização monetária sobre o montante integral foi de R\$ 20.035.158,22.

24. Instrumentos Financeiros

Até 31 de dezembro de 2022 foram utilizados os seguintes métodos e premissas no cálculo do valor justo de seus instrumentos financeiros:

24.1. Caixa e Equivalentes de Caixa

Os valores estão registrados ao valor de mercado, na data da demonstração contábil.

24.2. Contas a Receber e Contas a Pagar

Os montantes divulgados para contas a receber e contas a pagar aproximam-se de seus valores de mercado, considerando as provisões constituídas, o seu vencimento a curto e longo prazo.

24.3. Outras Contas

Nenhuma outra conta contábil apresenta diferenças relevantes entre os valores registrados contabilmente pela Companhia e seus valores prováveis de realização a valores de mercado de 31 de dezembro de 2022.

24.4. Empréstimos e Financiamentos

Sujeitos a juros com taxas usuais, os valores contabilizados dos empréstimos e financiamentos se aproximam dos seus valores de mercado.

Análise de sensibilidade:

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos no final do período de relatório. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do período de relatório esteve em aberto durante todo o exercício.

24.5. Risco de Crédito

Esses riscos são administrados por critérios específicos de análise de crédito e estabelecimento do limite de exposição para cada cliente.

24.6. Risco de Mercado

A Companhia adquire sua principal matéria-prima (folha de flandres) da Companhia Siderúrgica Nacional, única fornecedora nacional desta matéria-prima. Incidentes que venham a prejudicar o fornecimento regular podem levar à suspensão temporária das operações da Companhia.

As embalagens metálicas produzidas pela Companhia proporcionam longa vida-de-prateleira aos produtos alimentícios e grande praticidade no preparo seguro de alimentos,

24.7. Risco Cambial

Esse risco é proveniente das oscilações das taxas de câmbio sobre a carteira de empréstimos (quando aplicável) e fornecedores em moeda estrangeira.

24.8. Risco de Liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro, no pressuposto da continuidade operacional da Companhia e da normalidade do mercado brasileiro de embalagens metálicas.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

25. Transações com Partes Relacionadas

No decorrer de 2022 foram efetuadas transações com a Controladora anterior, Merisa S.A. Engenharia e Planejamento, e com Acionistas anteriores, tratadas como mútuo financeiro. Estas obrigações, após AGE de 06/09/2022 de incorporação pela Prada, foram reclassificadas como "Empréstimos e Financiamentos".

Os valores a receber de 2021 referem-se a vendas de ativos para a Controladora anterior, Merisa S.A. Engenharia e Planejamento, cujas operações foram canceladas dentro do plano de incorporação pela CSN/Prada em 07/2022 e 09/2022, e que a partir do terceiro trimestre de 2022 as relações com a nova Controladora serão apresentadas em separado como Partes Relacionadas.

Apresentamos quadro com os saldos e movimentações com Partes Relacionadas nos períodos:

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo		
Circulante		
Valores a Receber - Venda de Imóveis / Equipamentos - Merisa	-	5.082.318,97
Clientes a Receber - Prada	46.278,80	-
Clientes a Receber - CSN	169.965,50	-
Adiantamento a Fornecedores - CSN	476,71	-
	216.721,01	5.082.318,97
Não Circulante		
Aluguéis - Ativo de Direito de Uso	-	606.000,00
	-	606.000,00
	216.721,01	5.688.318,97
Passivo		
Circulante		
Fornecedores a Pagar - CSN	2.566.701,89	-
Fornecedores a Pagar - Prada	1.268.589,41	-
Adiantamento de Clientes - Prada	1.000.000,00	-
Sub-total	4.835.291,30	-
Empréstimos - Banco Fibra	22.839.752,73	-
Aluguéis a Pagar - Merisa	-	192.000,00
Passivo de Arrendamento - Merisa	-	552.000,00
	27.675.044,03	744.000,00
Não Circulante		
Passivo de Arrendamento - Merisa	-	54.000,00
Mútuo com Partes Relacionadas - Acionistas	-	1.543.717,32
Mútuo com Partes Relacionadas - Merisa	-	11.705.284,87
	-	13.303.002,19
	27.675.044,03	14.047.002,19
Receita Operacional Bruta		
Outros Materiais - Prada	(11.016,17)	-
Chapas Metálicas Malas - CSN	(367.364,00)	-
	(378.380,17)	-
Custo dos Produtos Vendidos		
Custo do aço - CSN	29.016.322,71	-
Custo do aço - Prada	2.967.346,06	-
	31.983.668,77	-
Outros Resultados Operacionais		
Resultado na Venda de Equip. - Merisa	-	650.000,00
	-	650.000,00
Resultado Financeiro		
Despesas Financeiras Juros Fornecedores - CSN	92.762,51	-
Despesas Financeiras - Banco Fibra S.A.	3.255.092,02	-
Despesas Financeiras Juros - Acionistas	-	(57.287,85)
Despesas Financeiras Juros - Merisa	-	(411.792,96)
	3.347.854,53	(469.080,81)
	3.347.854,53	180.919,19

26. Subvenções Governamentais

A Companhia possui o programa PRODUIR oferecido pelo Estado de Goiás relativo à filial instalada em Goiânia. Este programa concede redução da base de cálculo do ICMS e proporciona financiamento de 73% do ICMS apurado e prevê a quitação do mesmo, em módulos de 12 meses, transformando-o em subvenção para investimento.

No exercício de 2022 foi registrado um total de R\$ 2.514.263,01 referente aos Incentivos Fiscais, sendo R\$ 1.784.351,56 do Estado de Goiás e R\$ 729.911,45 do Estado do Paraná.

No Estado de Goiás, representado pelos incentivos do Programa PRODUIR, o reconhecimento deste valor está embasado no pleno cumprimento das condições estabelecidas para esta quitação e pela redução da alíquota do ICMS nas vendas internas de 17% para 7%.

No Estado do Paraná, conforme disposto no RICMS/PR, item 46-A e 58 do anexo III, a Companhia usufruiu do crédito presumido na compra do aço e nas importações realizadas nos Portos de Antonina e Paranaguá.

De acordo com a Lei Complementar n.º 160/17, que alterou a Lei n.º 12.973/14, referidas subvenções governamentais devem ser excluídas da base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

27. Seguros Contratados (não auditado)

A Companhia mantém seguros que garantem adequadamente o seu patrimônio quanto a eventuais riscos e outras responsabilidades perante terceiros, cujos valores estão suportados por avaliação dos imóveis feita por empresa especializada no setor e dos estoques e maquinários feito pelo corpo técnico da Companhia. Em 31 de dezembro de 2022 estavam em vigência as seguintes coberturas:

Modalidade	Objeto	Vigência	Importância Segurada	
			31/12/2022	31/12/2021
Incêndio, Explosão, Roubo e Lucros Cessantes	Edificações, Maquinários, Móveis e Utensílios, Instalações e Estoques	01/07/2023	122.624.000,00	122.673.679,84
Responsabilidade Civil	Veículos em Geral	-	-	2.280.000,00
Seguro Vida	Administradores	-	-	800.000,00
Responsabilidade Civil	Produto	30/06/2023	580.000,00	2.000.000,00
Total			123.204.000,00	127.753.679,84

28. Ônus, Avais e Garantias

Exceto quanto às operações de financiamentos, a Companhia não possui ônus sobre seus ativos, tampouco é garantidora de aval junto a instituições financeiras em benefício de outras sociedades.

Adicionalmente, a Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo ou licenças por tempo de serviço.

A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

29. ICMS na Base de Cálculo do PIS/COFINS e Selic na Base de Cálculo do IRPJ/CSLL

Em 22/02/2021 houve o Trânsito em Julgado da ação para exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS no Supremo Tribunal de Justiça e no 1º trimestre/2021 a Companhia reconheceu em seu resultado o crédito de R\$ 35.574.476,06 e protocolou solitação de habilitação do mesmo junto à Receita Federal, obtendo seu deferimento em 06/04/2021.

Em 10/05/2022 houve o Trânsito em Julgado da ação para exclusão da Selic da base cálculo do IRPJ/CSLL no Supremo Tribunal de Justiça e neste 2º trimestre/2022 a Companhia reconheceu em seu resultado o crédito de R\$ 5.008.846,43 e o pedido de habilitação foi deferido no quarto trimestre de 2022 e foi totalmente utilizado através de DCOMP para liquidação de débitos previdenciários.

30. Informações por Segmento

Em função da concentração de suas atividades, a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. Os produtos da Companhia são comercializados através de duas unidades fabris de distribuição e não são controladas e gerenciadas pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada. Essa visão está sustentada nos seguintes fatores:

- não há divisões em sua estrutura para gerenciamento das diferentes linhas de produtos, marcas ou canais de venda; e;
- as unidades fabris são utilizadas na fabricação de todos os produtos.

31. Conselho Fiscal

A AGE de 13/11/2018 em observância ao disposto na Instrução CVM 324/00 e ao artigo 161, da Lei das S.A., aprovou por unanimidade a instalação do Conselho Fiscal da Companhia, em caráter não permanente. Neste mesmo ato foram aprovados os membros para composição deste Conselho e em AGO de 29/04/2021 houve nova eleição, com mandato até a próxima AGO para deliberar sobre as Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31/12/2021.

Em AGO de 1º/06/2022, que deliberou sobre as Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31/12/2021, ocorreu o encerramento do mandante e não houve manifestação dos acionistas para instalação do Conselho Fiscal.

32. Aquisição e Incorporação pela CSN/Prada

Conforme divulgado através de Fato Relevante publicado pela Companhia em 24/11/2021 e amplamente abordado pelos canais de mídia, foi assinado “Contrato de Investimentos e Outras Avenças” tendo como investidora a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN. Trata o referido contrato da aquisição pela CSN da integralidade das ações emitidas pela Companhia, passando à condição de subsidiária integral da Prada.

Em 20/04/2022 foi aprovado, sem restrições, o pedido protocolado junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, e referido ato publicado no DOU em 26/04/2022 e em 12/05/2022 houve o Trânsito em Julgado.

Em AGE de 06/09/2022 foi aprovado por unanimidade o Protocolo de Incorporação de Ações de modo que a Companhia passou a ser subsidiária integral da Companhia Metalúrgica Prada e a consolidação do Estatuto Social. Nesta mesma data houve nova AGE com apresentação da renúncia dos cargos de Conselheiros de Administração anteriores e nomeação dos novos Conselheiros de Administração. Em RCA de 06/09/2022 houve a apresentação de carta de renúncia dos Diretores anteriores e eleição dos novos Diretores. Em nova RCA nesta mesma data houve aprovação do aumento de capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, mediante a emissão de novas ações.

33. Eventos Subsequentes

- Liquidação de Passivos

EM RCA em 06/09/2022 houve a aprovação do aumento de Capital Social da Companhia em R\$ 133.100.000,00 através de Capital a Integralizar, sendo que foi integralizado até 31.12.2022 R\$ 99.558.737,56 e até 06.03.2023 R\$ 31.600.000,00 que foram utilizados para liquidar passivos onerosos vencidos e obrigações correntes das operações normais da Companhia.

- Registro de Companhia Aberta

Em continuidade ao processo de mudança de controle, em 17 de fevereiro de 2023, a Companhia solicitou à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) e a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) o Pedido de cancelamento de registro de companhia aberta, na categoria A, da Metalgráfica Iguazu S.A.. O pedido ainda está em processo de aprovação e conclusão pelas partes.

A Administração.

Dilmarise Wiegand Tkaczuk
Coordenadora Contábil
CRC.PR-042.117/O-2

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Metalgráfica Iguazu S.A. Ponta Grossa - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Metalgráfica Iguazu S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Metalgráfica Iguazu S.A. (“Companhia”), em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria - PAA

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

- Indicação de desvalorização dos ativos não financeiros da Companhia

A fim de atender às normas descritas na Resolução CVM nº 90/2022 que aprovou o pronunciamento técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (IAS 36), executamos procedimentos de auditoria para assegurar que os ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda os valores de recuperação.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Análise, através da observação de informações oriundas das fontes externas e internas de informação, da redução significativa do valor de ativo através de danos físicos ou obsolescência dos ativos, as modificações significativas no ambiente tecnológico, de mercado, econômico e legal sob o qual a Companhia opera, aspectos relacionados à depreciação, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas.

Estoques e custos de produção

A Companhia não concluiu a implementação do sistema de custeio integrado, dessa forma, a mensuração dos estoques e a absorção dos custos indiretos foram calculados manualmente.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- análise dos controles internos de estoques.
- acompanhamento do inventário físico dos estoques.
- revisão das memórias de cálculo dos custos.
- avaliação dos procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação dos estoques que estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável;

- Alavancagem financeira da Companhia

Empréstimos e financiamentos – nota explicativa nº 15

A Companhia apresentava o montante de R\$ 38.761.877 em contratos de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2022. Considerando a relevância da conta e a situação financeira histórica da Companhia, entendemos ser essa uma questão significativa em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- análise detalhada das cláusulas dos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes em 2022;
- confirmação (circularização) dos saldos dos empréstimos e financiamentos junto as instituições financeiras;
- recálculo dos empréstimos e financiamentos com base nos encargos financeiros, fluxo financeiro e prazos de pagamento identificados nos respectivos contratos;
- comparação dos saldos registrados na contabilidade com os informados pelas instituições financeiras;
- confronto dos saldos contabilizados com os dados e informações disponíveis no site do Banco Central do Brasil, REGISTRATO, em 31 de dezembro de 2022;
- confirmação das liquidações dos empréstimos, através dos extratos bancários.

- Reconhecimento da receita

A Companhia reconhece suas receitas quando os produtos faturados tenham sido efetivamente entregues aos clientes e, para tanto, existem diversos controles que asseguram que as receitas sejam reconhecidas respeitando o período de competência que converge com o requerimento das normas contábeis vigentes. Esse processo abrange as transações dos mercados interno, especificidades de cada localidade onde a Companhia possui operações e condições comerciais e contratuais de cada transação.

Assim, a análise detalhada de cada uma das condições específicas, bem como o julgamento da Administração determinam os valores e o momento que são reconhecidos.

O período de fechamento contábil é o parâmetro principal para que o reconhecimento da receita não contenha valores de períodos incorretos, respeitando o momento em que ocorre a transferência de riscos e benefícios de cada transação.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- revisão da aplicação dos critérios definidos pelos controles internos da Companhia e julgamentos da Administração para o reconhecimento da receita com base nos documentos que comprovam a entrega e a transferência de riscos e benefícios dos produtos;
- avaliação da adequação das premissas utilizadas pela Administração e das políticas de reconhecimento de receita adotadas;
- análise de corte das receitas;

- Transações com Partes Relacionadas - nota explicativa nº 25

A Companhia mantém, de forma recorrente, transações com partes relacionadas. Considerando a relevância das transações, entendemos ser essa uma questão significativa em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- discussão com a administração quanto as condições comerciais praticadas entre as partes relacionadas;
- identificação de todas as empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico;
- busca e identificação, nos relatórios financeiros e contábeis, de transações realizadas com empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico;
- confirmação formal, via carta de circularização dos saldos e transações realizadas no decorrer do exercício;
- análise das principais condições comerciais praticadas nas transações realizadas junto a partes relacionadas.

- Alteração dos acionistas controladores da Companhia

Aquisição e Incorporação ocorrida pela CSN/Prada - nota explicativa nº 32

Em 24 de novembro de 2021, os, então, controladores assinaram “Contrato de Investimentos e Outras Avenças” junto a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN por meio do qual as partes acordaram em promover a combinação das operações de ambas as sociedades mediante a incorporação da totalidade das ações de emissão da Metalgráfica pela CSN. Em 20 de abril de 2022, como evento subsequente, a transação foi aprovada sem restrições pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- revisão do “Contrato de Investimento e Outras Avenças”, objetivando identificar eventuais condições e cláusulas contratuais que pudessem ter efeitos adversos sobre a Companhia;
- análise dos registros contábeis decorrentes da transação;
- confirmação, através dos extratos bancários, das capitalizações realizadas durante e após o encerramento do exercício de 2022;
- discussão com a nova administração sobre a continuidade das operações, melhorias operacionais e estratégias de negócios para a recuperação das atividades normais da Companhia;
- confirmação formal, junto aos antigos controladores, quanto a existência de passivos não liquidados e eventuais obrigações contratuais não honradas.

Ênfases

a) Conforme notas explicativas 1.3 e 1.4 às demonstrações financeiras, o passivo circulante da Companhia, em 31 de dezembro de 2022, excedia o total do ativo circulante em R\$ 55.250.294, bem como, apresentava patrimônio líquido negativo de R\$ 7.835.379. Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 06 de setembro de 2022, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia em até R\$ 133.100.000. Até a emissão do nosso relatório, conforme indicado nas notas explicativas 32 e 33, os novos controladores haviam integralizado quase a totalidade do saldo, visando a liquidação de passivos onerosos vencidos e obrigações correntes das operações normais da Companhia. A continuidade operacional da Companhia depende da manutenção do suporte financeiro dos controladores e da consequente retomada da normalidade das operações, com aumento das vendas e recuperação das margens de rentabilidade. Nossa conclusão não está ressalvada em função desse assunto.

b) Conforme descrito na nota 2.16, a Administração ajustou alguns saldos do ano de 2021 e anteriores, desse modo, para fins de comparabilidade, estão sendo reapresentados os saldos das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, relativo a valores de remuneração da diretoria comercial e de amortização do intangível. As demonstrações financeiras estão sendo reapresentadas conforme previsto no CPC 23 (IAS 08) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e no CPC 26 (IAS 01). Nossa conclusão não contém modificação relacionada à adequação da reclassificação de exercício anterior.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

As demonstrações financeiras acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins da IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras, com o objetivo de concluir se está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, a demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras.

Auditoria das Demonstrações Financeiras do Exercício Anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 29 de abril de 2022, com ênfases. Os valores correspondentes relativos à demonstração do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, aqueles auditores emitiram relatório sem modificação.

Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas Demonstrações Financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia, cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 28 de fevereiro de 2023.

Paulo Sergio da Silva
Contador CRC/PR 029.121/O

Irineu Homan
Contador CRC/PR 043.061/O

**CONSULT – AUDITORES INDEPENDENTES
CRC/PR No 2906/O-5**